

Ocidente contra Oriente?

Uma longa tradição da nossa cultura plasmou a distinção/oposição entre Ocidente e Oriente. Vejamos ao acaso episódios dessa história. Os séculos XVIII e XIX, com a sua atmosfera romântica, mostram-nos exemplos do modo como os europeus viam o Oriente nas suas expressões artísticas, desde a literatura à pintura e mesmo à música, sobretudo em França e na Itália. Em 1721, é publicado, em Amsterdão, sob pseudónimo, o livro de Montesquieu *Lettres persanes*. A viagem a Paris de dois amigos persas permite-lhes o contacto com o Ocidente, mas também é pretexto para descrições do maravilhoso mundo oriental. O exotismo deste é atractivo, alimenta-se o mito acerca das terras das mil e uma noites, das odaliscas e dos serralhos. Apesar de considerar o despotismo como característico dos seus regimes políticos, Montesquieu deleita-se com o Oriente, terra dos simbolismos místicos e das sensualidades envolventes. É a mesma atracção que leva Puccini a penetrar nos mistérios do Japão e da gueixa japonesa em *Madame Butterfly*, ópera estreada em 1904, já passado o século XIX onde o gosto do Oriente se disseminara pela Europa na esteira da campanha napoleónica do Egipto. Os estereótipos vão-se consolidando acerca desses dois universos: o Oriente seria monolítico, com um poder despótico, algo decadente, fixado no passado, por vezes bárbaro e tribal, o Ocidente seria flexível, maleável, mais aberto à sociabilidade, portador do progresso.

De há muito a Europa mantinha contactos com esse vasto Oriente, meio ignorado meio fascinante, parcialmente conhecido pelos europeus, tanto o mais próximo (com as Cruzadas...), como o mais remoto. Este último explorado desde as viagens do veneziano Marco Polo que, pela rota da seda, no início do século XIV, chegou aos confins da China e da Indochina, até às descrições fantásticas de Fernão Mendes Pinto da sua digressão no século XVI por todo o Oriente. Mas o fascínio que ele exercia vinha de longe e tinha traços ora místicos ora científicos, bem expressos em diversos registos, tanto na convicção da cristandade de que

OS FIOS QUE TECERAM A CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Das várias tentativas para definir o Ocidente porventura a mais completa é a de Philippe Nemo, que pergunta justamente *Qu'est-ce que l'Occident?* (em edição portuguesa: NEMO, Philippe – *O que é o Ocidente?* Lisboa: Edições 70, 2005). Admitindo que existe uma civilização ocidental, ele procura as chaves históricas e filosóficas da sua identidade, referindo «o Estado de direito, a democracia, as liberdades intelectuais, a racionalidade crítica, a ciência e uma economia de liberdade fundada na propriedade privada» (p. 11). Sabendo que «estes valores e estas instituições são o fruto de uma longa construção histórica», destaca cinco acontecimentos ou processos que constituíram a matriz dessa civilização ocidental:

- a invenção da cidade pelos gregos, com a sua experiência de liberdade, de lei e de ciência;
- a invenção do direito pelos romanos, com o reconhecimento da propriedade privada e a valorização humanista da pessoa;
- a revolução ética e escatológica da Bíblia, com o sentido do tempo linear e do fio condutor da história dirigida para um fim;
- a “revolução papal” dos séculos XI a XIII, quando a acção dos papas no final da cristandade medieval permitiu fazer a síntese entre Atenas, Roma e Jerusalém;
- a promoção da democracia liberal, com as revoluções democráticas que se estenderam a partir dos casos da Holanda, Inglaterra, Estados Unidos e França, com o pluralismo nos domínios da ciência, da política e da economia, tornando possível a emergência da modernidade.

Ex Oriente Lux – a luz vem do Oriente – sobretudo de Jerusalém (o que já levava as catedrais medievais a serem orientadas no sentido do Oriente), como na percepção de que no Oriente, sobretudo no Crescente Fértil, do Egipto à Mesopotâmia, se localizavam as raízes da nossa própria civilização. Esta atracção dos ocidentais pelo Oriente prolonga-se por séculos e é susceptível de várias interpretações. Já em 1978, Edward Said, um palestino radicado nos Estados Unidos, explora longamente o «orientalismo», ou seja, esta percepção do Oriente construída pelos ocidentais¹ (o subtítulo do livro é sintomático: «O Oriente como invenção do Ocidente»), mostrando como ela mistura demasiados espaços geograficamente dispersos (desde o Líbano à China...) e como representa uma categoria cultural politizada, já que está ao serviço do projecto colonial europeu ocidental. Numa espécie de dialéctica de eu e do outro, o Ocidente precisa de se demarcar do Oriente para ser ele próprio. E essa miragem do orientalismo ter-se-ia prolongado pelo menos até ao fim do Império Otomano em 1914-1918.

Uma geografia imaginária?

Será a dialéctica Ocidente-Oriente uma construção cultural? Uma geografia imaginária? Ou pelo contrário a história atesta o bom fundamento desse antagonismo? Entre esses mundos, a oposição parece

ser a regra. A guerra de Tróia, na Anatólia, travada mais de mil anos antes de Cristo por gregos contra asiáticos, seria o antiquíssimo símbolo desse confronto.

Para alguns, essa mesma oposição teria raízes que mergulham nas profundidades das próprias concepções de vida. Veja-se Jacques Attali. Ao recapitular os grandes movimentos de pensamento e de práticas sociais em torno dos séculos VI e V a.C., refere a Atenas de Sólon, onde prosperam tanto o sentido do individualismo como da democracia. Do outro lado, surgem na China e na Índia homens como Lao Tse (inspirador do taoísmo), Buda e Confúcio, cuja mística vai assinalar um génio cultural de enorme influência. «Este é o momento de viragem que condicionou a História até aos nossos dias e que continuará a projectar-se no futuro: *a Ásia decide libertar o homem dos seus desejos, enquanto o Ocidente opta por lhe reconhecer a liberdade de os realizar*. A primeira escolhe considerar o mundo como uma ilusão; o segundo vê-o como único lugar para a acção e a felicidade. A primeira fala da transmigração da alma; o segundo da salvação da mesma»². Estaria aqui a origem de uma profunda clivagem cultural? Teríamos de um lado o Oriente místico, simbólico, contemplativo, porventura arcaico e irracional, do outro o Ocidente organizativo, racional, jurídico, prático, individualista, empreendedor?

Difícilmente este antagonismo, mesmo que ele se possa parcialmente confirmar, explicaria toda a conflitualidade histórica que separa esses dois mundos. Outras razões, certamente, serão pretexto para a fractura entre o Império Romano do Ocidente e o do Oriente, logo que Constantino transfere a sede do Império para a antiga Bizâncio, em 330. Enquanto o do Ocidente vai sucumbindo à penetração bárbara, o Império Bizantino vai prosperar durante séculos, até que em 1453 Constantinopla é cercada e conquistada pelos turcos otomanos. E a distância cavada entre Roma e Constantinopla terá grande influência no cisma do Oriente que levou à duradoura separação, a partir de 1054, entre a Igreja Católica romana e a Igreja Ortodoxa oriental. Tanto o Império como o cristianismo experimentaram a fractura Ocidente/Oriente.

Ao longo da história, muitas outras representações assinalaram novos contornos da mesma demarcação geográfica. Logo que se confirma a expansão europeia para Oeste através das viagens marítimas transatlânticas, o continente americano passa a ser o Ocidente da Europa. O Novo Mundo identifica-se com o Hemisfério Ocidental, deixando a Eurásia para Leste...

Oposições geopolíticas

Quando séculos mais tarde o pensamento geopolítico começa a florescer entre os intelectuais europeus, novas clivagens surgem nos mapas mentais que então se constroem. Já o inglês Mackinder, na sua qualidade de geógrafo, ficara impressionado desde os princípios do século XX com os recursos da Europa Oriental e teorizava sobre o antagonismo entre potência marítima e potência continental, alertando para o risco do Império britânico, ocidental, vir a ser suplantado pelo poderio do «coração da terra», situado a Leste. Nisso foi acompanhado pelo influente geopolitólogo alemão Haushoffer que estabelece a oposição entre o mundo anglo-saxónico e a possível aliança germano-russa. Tais concepções geopolíticas, ao serviço de jogos de poder, traçam diferentes fronteiras imaginárias onde, como uma fatalidade inevitável, surge o choque Leste/Oeste.

De igual modo, o Ocidente «é uma noção polémica entre os eslavófilos russos: é “ocidental” tudo o que é católico e protestante, quer dizer, toda a Europa ocidental, incluindo a Polónia. Este mundo é considerado materialista, prosaico e não verdadeiramente cristão, pensando que é conveniente protegerem-se dele, se quiserem impedir que a alma da Santa Rússia seja irremediavelmente corrompida»³.

E já que falámos de geopolítica alemã vem a propósito recordar essa outra fronteira desenhada por Hitler para demarcar a superioridade da raça ariana sobre a raça semita, esta proveniente do deserto, oriunda de populações tribais, raça inferior, vinda do Oriente (de que os judeus seriam a face mais visível infiltrada nas nossas sociedades). Talvez por isso, em França, entre 1964 e 1968, um movimento de extrema-direita, anti-gaullista, escolheu designar-se apenas por «Ocidente», como se nessa palavra se resumisse todo um programa.

O Ocidente como «Mundo Livre» e a persistência da oposição

Seguramente não por acaso, este último episódio ocorreu em pleno período da guerra-fria. Foi nesse tempo histórico – uma história ainda recente – que os nossos ouvidos mais se familiarizaram com o discurso sobre a contradição Leste-Oeste, contradição enfaticamente dramatizada com vista a exprimir a tensão internacional dominante e a exacerbar artificialmente a polarização dos blocos. Aí o Ocidente, identificado com o «Mundo Livre», demarcava a nova fronteira geopolítica, ideológica, económica e militar. Ao identificar-se como área da liberdade, este «Ocidente» remetia tudo o mais para a zona obscura da dominação, senão mesmo da escravidão: assim afirmava uma suposta superioridade, tanto mais arrogante quanto foi historicamente compatível com sangrentas ditaduras.

E, surpreendentemente, o mesmo paradigma perdurou para além do fim do condomínio bipolar americano-soviético, como se a delimitação do espaço ocidental se tivesse revestido de formas novas, mas ainda persistentes. O Ocidente continua teimosamente presente no nosso sistema

de representações colectivas. Nos tempos mais recentes um novo antagonismo vem redefini-lo como o que se opõe ao mundo islâmico, constituindo-se como duas civilizações em confronto, questão que é largamente abordada neste número do anuário *JANUS*. O novo «Leste» não é mais um bloco político-militar, mas aparece referenciado a uma civilização, a uma religião.

O discurso dominante foi tão insistente a este respeito que a opinião pública interiorizou esta contradição como se de uma evidência se tratasse. Agravada pela marca do terror, ela tornou-se a chave interpretativa dos acontecimentos da actualidade. Todavia ela está longe de ser evidente, havendo lugar para um trabalho crítico que leve a repensar os seus próprios termos.

De um lado, a ideia de Ocidente é tão nebulosa que se permite abrigar um sem número de diferenças, por vezes irredutíveis, disfarçadas graças à amálgama onde se misturam. Americanos e europeus, mediterrânicos e nórdicos, latinos e anglo-saxónicos, católicos e protestantes... Dificilmente se pode atribuir ao Ocidente uma homogeneidade cultural e talvez menos ainda uma similitude

de posição política. Por alguma razão a filósofa libanesa Nayla Farouki intitulou o seu livro «Os Dois Ocidentes», acrescentando-lhe um sugestivo subtítulo: «E se o choque das civilizações fosse, antes de mais, um confronto entre o ocidente e ele mesmo?»⁴. Do outro lado, alguém poderá atribuir homogeneidade ao campo islâmico, nisso capacitando-o para ele se definir como pólo de confrontação? Também por alguma razão encontramos com frequência análises segundo as quais a principal contradição dos nossos tempos não será a que opõe o Islamismo ao Ocidente, mas antes a que atravessa o próprio mundo islâmico, opondo moderados e radicais. Os casos da Argélia e da Arábia Saudita aí estão para manifestar com especial visibilidade, entre tantos outros, o antagonismo violento e mesmo terrivelmente sangrento que dilacera países árabo-muçulmanos no seu interior.

O Ocidente como mega-identidade

Nestes termos, o Ocidente surge assim como uma mega-identidade, sem dúvida nebulosa e ambígua, mas – como vimos – nem por isso menos persistente, de tal

OCIDENTALISMO

Numa fina análise histórica, dois pensadores contemporâneos escreveram um livro que ficou célebre sobre o Ocidentalismo (com edição portuguesa, Ian Buruma e Avishai Margalit, *Ocidentalismo – Uma Breve História da Aversão ao Ocidente*, Lisboa: Publicações Europa-América, 2005). O seu título pode ser enganador. Não se trata de uma defesa do “Ocidente”, mas de um inventário da oposição a ele: «O retrato desumanizante do Ocidente pintado pelos seus inimigos é o que apelidámos de Ocidentalismo» (p.13).

Entre as diversas manifestações de Ocidentalismo, os autores citam a obra do cientista social alemão Werner Sombart, *Comerciantes e heróis*, escrita pouco depois do início da segunda guerra mundial, onde o «Ocidente» é identificado com a França e a Inglaterra, em oposição à Alemanha reputada portadora de uma cultura superior. «A Inglaterra, terra de lojistas e comerciantes, e a França republicana representam “a civilização europeia ocidental”, as ideias de 1789, os “valores comerciais”; a Alemanha é a nação dos heróis, preparados para se sacrificarem por ideais mais elevados» (p. 60). Aqui a ideia de «Ocidente» aparece equiparada depreciativamente à de mercantilismo, em contraste com o espírito da Alemanha (a fazer as vezes de «Oriente» ...), terra de poetas e filósofos, propensa ao heroísmo por causas superiores.

Sensivelmente na mesma altura em que Sombart publicava o seu livro, «um grande número de notáveis académicos e intelectuais japoneses reuniu-se para uma conferência em Quioto» (p. 9), onde se exprime uma outra manifestação de Ocidentalismo. «No seu ponto de vista, a guerra contra o Ocidente era uma guerra contra a “maligna civilização materialista”, construída sobre o poder financeiro capitalista judeu. Todos concordaram que a cultura – ou seja, a cultura tradicional japonesa – era espiritual e profunda, enquanto que a cultura ocidental moderna era superficial, desenraizada e destruidora do poder criativo» (p. 10-11). E para os intelectuais de Quioto, anti-ocidentalismo significava, antes de mais, anti-americanismo.

Exemplos como este permitem documentar como tem sido excepcionalmente variada e diferentemente fundamentada a oposição entre Ocidente e Oriente!

maneira que o nosso vocabulário não pode fugir ao seu uso, por maiores que sejam os equívocos da expressão. Temos sobretudo dificuldade em definir as suas fronteiras, como se verá por perguntas tão simples como aquela que surgirá acerca da América Latina: ela é ou não Ocidente? E o mesmo se poderia perguntar de uma sociedade tão asiática, tão oriental... como o Japão. Mais ainda: existirá alguma equivalência institucional para o Ocidente? Haverá alguma organização multilateral que dê corpo a esse espaço ocidental? Estas questões podem ter respostas simples e lineares: do ponto de vista da segurança, o Ocidente é a NATO; do ponto de vista da economia, o Ocidente é a OCDE.

Mas são evidentes os pontos fracos das respostas, tanto mais que não há coincidência de fronteiras entre as duas instituições.

A NATO vai da Turquia ao Canadá, desenhando uma aliança euro-atlântica, com tendência para se alargar em direcção a Leste.

A OCDE parece definir-se como campo do capitalismo avançado e estende-se por essa mesma região mas alarga-se para os confins da Ásia-Pacífico, desde o Japão até à Austrália e à Nova Zelândia. Aliás é interessante recordar o modo do seu alargamento: em 1961-62 os seus membros são os 30 países da Europa ocidental com o Canadá e os Estados Unidos; em 1964 alarga-se ao Japão, em 69 à Finlândia, em 71 à Austrália, em 73 à Nova Zelândia, em 94 ao México, em 95 à República Checa, em 96 à Coreia do Sul, à Hungria e à Polónia, em 2000 à Eslováquia; em 2004 a China é admitida como observadora.

Quais então os contornos do Ocidente?

Uma zona de prosperidade? Um subconjunto de países que têm de comum o patamar da sociedade industrial? Uma área cultural diversificada mas unida por valores idênticos? Seja como for, o mais provável é que dificilmente se poderá falar, em rigor de termos, de civilização ocidental. ■

¹ SAID, Edward – *Orientalismo*. Lisboa: Edições Cotovia, 2004.

² ATTALI, Jacques – *Breve história do futuro*. Lisboa: Dom Quixote, 2007, p. 41.

³ NEMO, Philippe – *O que é o Ocidente?*. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 16.

⁴ FAROUKI, Nayla – *Os Dois Ocidentes*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.